

**LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO**  
Encontro articula  
ações contra  
reformas neoliberais

\*  
Ciclo de Cinema  
Espanhol  
na APROPUC

## CONSULTA

# Professores respondem pesquisa sobre Acordo Interno

Desde a semana passada, os professores da PUC-SP estão recebendo, via Internet, uma consulta para sobre a aceitação ou não do texto de Acordo Interno discutido entre a associação, Fundação São Paulo e Reitoria. O texto foi enviado a todos os associados da APROPUC numa edição especial do *PUCviva*, onde o professor poderá encontrar também uma avaliação da entidade e uma tabela indicando as mudanças que o novo texto introduziu no Acordo Interno denunciado pela PUC-SP em abril de 2006. Esse material também pode ser encontrado no endereço eletrônico [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

A resposta deverá ser comunicada à entidade até a segunda-feira, 16/4. Junto com a consulta, a APROPUC está enviando uma proposta caso o professor queira se filiar à entidade.

## Funcionários

A Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP realizou, na terça-feira, 3/4, uma nova rodada de negociação com a Fundação São Paulo sobre o Acordo Interno. O resultado da reunião será apresentado numa assembléia da categoria que acontece nesta quinta-feira, 12/4, às 14h, na sala 239. A assembléia terá também como ponto de pauta as eleições para a diretoria da entidade, previstas para este ano.

**APROPUC**

Professor(a),

A assembléia da APROPUC realizada na quarta-feira, 28/03/07, discutiu o texto do Acordo Interno negociado com a Fundação São Paulo e a Reitoria. Os professores entenderam que, por um lado, o texto contém uma série de perdas para a categoria, principalmente em conquistas históricas como aquelas expostas nas cláusulas a seguir do antigo acordo:

Cláusula 17 da estabilidade no emprego;  
Cláusula 14 da mudança de disciplina e alterações no contrato de trabalho;  
Cláusula 22 da gratuidade;  
Cláusula 20 - da estabilidade dos professores afastados por acidente ou doença.

Por outro lado, o texto preserva cláusulas do nosso antigo Acordo Interno melhores do que aquelas hoje em vigor pela convenção coletiva do Sinpro. A assembléia encaminhou pela assinatura do acordo precedida de uma consulta aos professores.

Professor(a) Associado(a), você recebeu pelo correio o novo texto do Acordo Interno, o qual também está disponível no site da APROPUC, para quem quiser consultá-lo e analisá-lo. Dê a sua posição e envie-nos seu comentário.  
Aguardamos a resposta desta mensagem até 16/04, segunda-feira.

**Você concorda com o texto do Acordo Interno?**  
( ) Sim ( ) Não

Sugestões:

Professor(a), caso você não seja associado e deseje filiar-se à entidade, manifeste-se preenchendo os dados abaixo:

Nome:  
RG n.º:  
CIC n.º:  
Endereço:  
Cep:  
Bairro:  
Telefone:  
Matrícula no R.H.:  
E-mail:  
Atualmente lecionando no Departamento/Faculdade:

Autorizo o desconto mensal de 1% (um por cento), em folha de pagamento, de meu salário bruto, quantia essa referente à minha contribuição à APROPUC Associação dos Professores da PUC-SP.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2007.

Fac-símile da consulta enviada aos professores sobre o Acordo Interno

# ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

**12/4 - Quinta-feira  
14h - sala 239**

ACORDO INTERNO # ELEIÇÕES AFAPUC

# Recomeço da crise política

Lula quase não terminou o primeiro mandato. Salvaram-no as ilusões das massas oprimidas e o atendimento dos interesses do capital financeiro. Mas os fatores da crise apenas mudaram de forma e de lugar.

Já nos primeiros meses do segundo mandato, PFL/PSDB/PPS voltaram com a CPI. Alegam corrupção na administração dos aeroportos. Com o nome de "CPI do Apagão", acuam o governo e a "nova" coalizão.

Em resposta ao gesto de mão estendida de Lula, o PFL (DEM), principalmente, declara guerra. O PSDB, dividido, serve-lhe de retaguarda.

As acusações contra a incapacidade de Lula resolver a crise dos aeroportos apresentam a ponta do iceberg da corrupção e das disputas internas ao Estado. Agora, na versão Infraero.

A oposição minoritária no Congresso não tem como impor a CPI. Recorreu à Justiça, que lhe deu liminar favorável. Aguarda-se a decisão final do Supremo Tribunal Federal. Está aí o contorno da crise que recomeça.

A oposição não admite perder no parlamento. Usa de sua influência no Estado - no caso, age sobre o poder judiciário.

No dia 30/3, a greve dos controladores de voo transbordou o conflito. O

comando da Aeronáutica ensaiou prender os sargentos, sob alegação de motim e quebra da hierarquia. Lula autorizou o ministro do Planejamento a negociar a não punição aos grevistas e a desmilitarização do controle do tráfego aéreo.

Reação imediata dos militares e de toda a direita: Lula sindicalista permitiu a quebra da hierarquia. Resposta do Presidente: o brigadeiro Juniti Saito manda na situação.

Lula sentiu a terra tremer aos seus pés e abrir à sua frente um precipício. Contrariar o poder militar, que perigo!

A crise política que se reanima poderia ganhar proporção de risco ao governo mediante a rejeição dos militares à posição condescendente do governo.

Nesse contexto, a Polícia Federal decretou a paralisação de um dia. O fato ocorreu depois do ministro da Justiça, Tarso Genro, ir pessoalmente negociar com a direção do movimento. Logo pareceu um escândalo. Onde já se viu o governo conversar com aqueles que ameaçavam greve?

O Estado é santuário, segurança. Ou, mais precisamente, instrumento da ditadura de classe da burguesia. Um governo que se dê ao luxo de negociar com grevistas perturba a ordem do Estado. Não pode, disseram os militares e os porta-vozes da burguesia. Mas Lula não

teve problema algum em se recolher como caracol.

As oscilações do governo mostram sua debilidade. A composição ministerial, que reduziu o peso do PT e aumentou o do PMDB, retratou um instantâneo da fragilidade do segundo mandato.

Certamente, o governo retomará a normalidade com o enquadramento dos controladores de voo. Mas a oposição não recuará. Sentiu que a coalizão não é poderosa e que o governo bambeará sobre forças díspares.

Há um aspecto fundamental da crise que interessa diretamente aos trabalhadores. Crescerão as pressões para que Lula atenda as exigências dos capitalistas referentes às reformas da Previdência, do Trabalho e da Educação. A reforma trabalhista soará forte no congresso burguês.

Lição histórica: a crise sempre desaba sobre as massas que produzem e sofrem a exploração. Ou reagimos com independência política e organizativa perante o Estado e seu governo; ou arcamos com mais opressão. Só nesse sentido, temos interesse em compreender a retomada da crise. É claro, para melhor lutar pela vida.

*Erson Martins de Oliveira,  
Diretor da Apropuc.*

## RESISTÊNCIA

# Estudantes preparam novas mobilizações

A universidade volta a se movimentar. Depois de sofrerem com o corte de bolsas, um processo de judicial e um ato que institui a impossibilidade dos inadimplentes de acompanharem aulas enquanto tentam se regulamentar, os estudantes começam a se organizar para resistir a estas medidas.

Para tanto, um *Comitê de Mobilização por Bolsas, pelos Inadimplentes e Contra a Repressão* começou a se articular. Ele pretende congrega os estudantes em um espaço aberto para que se discuta os rumos da universidade e as formas possíveis de atuação diante da realidade imposta.

A primeira reunião aconteceu no dia 29/3, no Pátio da Cruz. Dela tirou-se a primeira atividade do Comitê, uma ofi-

cina de faixas e cartazes de protesto realizada na segunda-feira passada, 2/3, e outra reunião na terça-feira, 3/3, marcando formalmente a criação do Comitê.

Na reunião de 3/3, os estudantes acertaram como se dará a atuação deste Comitê. A primeira deliberação foi a construção de assembleias de curso nesta semana, que discutirão as questões relativas a bol-

sas, inadimplentes, repressão e a construção de uma possível paralisação. Além disso, os estudantes aprovaram um panfleto que será distribuído à comunidade da PUC-SP. Nele, o Comitê contextualiza as pautas levantadas e traça uma linha de atuação para este semestre. Também foi marcada outra oficina de cartazes realizada na quarta-feira pré-feriado, 4/3.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.**

**Editor:** Valdir Mengardo

**Sub-editor:** Leandro Divera

**Reportagem:** Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira

**Fotografia:** Fábio Nassif e Julia Chequer

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

# Fórum debate a formação de professores de Espanhol

Cerca de duzentas pessoas participaram do *I Fórum de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo – Formação de professores: demandas e desmandos*, em março. Foram debatidas questões como as necessidades atuais da área, os riscos dos cursos alternativos para formação de professores e a formação continuada. O encontro foi organizado pela Apeesp (Associação dos Professores de Espanhol do Estado de São Paulo).

Professores, ex-professores e alunos do curso de Letras-Espanhol da PUC-SP participaram do evento, em que foram aprovadas várias reivindicações, que serão encaminhadas ao Poder Público. Entre elas destaca-se a suspensão imediata do curso à distância promovido pelo Governo do Estado, o Instituto Cervantes e o Banco Santander para formação de professores de Espanhol. Outra reivindicação importante envolve a contratação de professores de Espanhol para a rede oficial de ensino do Estado de São Paulo e para as universidades públicas.

Na página [www.apeesp.com.br](http://www.apeesp.com.br) estão disponíveis outras informações sobre a mobilização dos professores de Espanhol e a íntegra do Ma-

nifesto pela qualidade na implantação do ensino do Espanhol na Rede Pública do Estado

de São Paulo, que já foi assinado por 926 professores, estudantes e pesquisadores da área.

## **CULTURA**

### **APROPUC sedia mostra de cinema espanhol**

Entre os dias 9 e 13/4, o curso de Letras-Espanhol e a APROPUC promovem a *1.ª Mostra de Cinema em Espanhol – Conflitos em cena*. Os filmes, oriundos de países em que o espanhol é língua ofici-

al, procuram retratar situações de conflitos políticos e existenciais.

Todas as exhibições ocorrerão no auditório da APROPUC (Rua Bartira, 407), com entrada franca.

#### **Programação**

##### **9/4 – Segunda-feira**

17h – Machuca (Andrés Word, Chile e Espanha, 2004, 120')

19h30 – El coronel no tiene quien le escriba (Arturo Ripstein, México / Espanha / França, 1999, 118')

##### **10/4 – Terça-feira**

17h – Guantamera (J. C. Tabío e T. G. Alea, Cuba / Espanha, 1995, 101')

19h30 – La buena estrella (Ricardo Franco, Espanha, 1997, 105')

##### **11/4 – Quarta-feira**

17h – Whisky (Juan Pablo Rebella e Pablo Stoll, Uruguai, 2004, 95')

##### **12/4 – Quinta-feira**

17h – Diarios de motocicleta. (Walter Salles Jr, Argentina / EUA, 2004, 128')

##### **13/4 – Sexta-feira**

19h30 – Libertarias (Vicente Aranda, Espanha, 1996, 74')

# Onde mora a arbitrariedade?

Na edição 608 do *PUCviva*, a diretoria da Apropuc arvorou-se a “publicar” os resultados dos trabalhos da Comissão de Sindicância instituída pelo Ato 33/2006. Longe de reproduzir com honestidade esses resultados, a diretoria da Apropuc buscou manipular a comunidade acadêmica da PUC-SP, desqualificando o trabalho realizado pela Comissão e tratando de reduzir a seu bel interesse político a interpretação complexa dos fatos. O relato da diretoria adultera os resultados da sindicância ao “publicá-los” à sua maneira, distorcendo informações, omitindo outras, selecionando apenas as de seu interesse e de terceiros envolvidos no processo. A diretoria omitiu o fato essencial, do qual derivam todos os demais: o ato de instalação da sindicância mandou apurar DUAS acusações (e não apenas uma, como se quis dar a entender: 1) a denúncia de “possíveis irregularidades” no preenchimento de currículos na Plataforma Lattes por parte de dois professores da PUC-SP e 2) a denúncia, formulada por professores do Curso de Tecnologia e Mídias Digitais, de que estariam sendo alvo de “ataques, ameaças e intimidações” no âmbito do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia.

Desde o início, portanto, os trabalhos da Comissão estiveram vinculados ao duplo objeto de investigação, estabelecido pelo ato de instalação da sindicância, que a diretoria da Apropuc omite arbitrariamente, justamente por adotar dois pesos e duas medidas diante dos fatos. Nessa mesma linha, sugere que houve inversão do “acusador” em “acusado” e fala de uma aplicação desigual de sanções, quando os envolvidos ainda estão sujeitos a procedimento administrativo devidamente instaurado, de acordo com as normas da universidade e segundo decisão emanada da própria Reitoria.

A bem da verdade, vale recuperar aqui aspectos do processo sindicante. Durante pouco mais de três meses, a Comissão instituída pelo Ato 33/2006 ouviu depoimentos dos principais envolvidos de lado a lado, expediu diversos ofícios a órgãos internos e externos à universidade, colheu e analisou farta documentação e produziu, ao final, um relatório circunstanciado sobre as duas denúncias – e as conexões entre elas – em 22 páginas que a diretoria da Apropuc

não reproduziu de forma idônea neste espaço. Os autos do processo somaram mais 2.200 folhas e o relatório final ainda foi objeto de aditamento de 22 páginas oferecido pela Comissão no início de fevereiro de 2007.

Com rigor e isenção, a Comissão Sindicante apurou as duas denúncias e as conclusões a que chegou – diferentemente das reportadas pela diretoria da Apropuc – estão devidamente apoiadas nos fatos e no direito. Se a intenção da diretoria foi reparar erro cometido no passado – quando em setembro de 2006 o *PUCviva* publicou açodadamente as denúncias relativas ao Lattes e os diretores da Apropuc foram criticados por expor indevidamente a imagem da universidade – a sua “manifestação” de duas semanas atrás constitui mais uma tentativa de manipular a opinião pública da universidade, jogá-la contra suas instâncias formalmente constituídas, reduzir o legal ao político e intimidar aqueles que buscam a justiça com imparcialidade e dentro das regras estatutárias. Causou-nos espanto, particularmente, o reconhecimento público da diretoria de que lançou mão, àquela época, da precipitação de informações, sob o manto aparentemente neutro do “bom” jornalismo, para forçar arbitrariamente o rumo inicial das investigações. Hoje, parece repetir-se a mesma estratégia.

O relatório final e o aditamento produzidos pela Comissão Sindicante resultaram em apuração das condutas individuais, que hoje se encontram submetidas a processo administrativo e merecerão o devido julgamento. Não cabe neste espaço reproduzir detalhadamente tais resultados, mas cumpre-nos destacar que para além das conclusões relativas aos casos individuais, a Comissão Sindicante também recomendou providências de caráter geral. Por serem de interesse de toda a comunidade acadêmica e por não comprometerem o processo administrativo em curso, reproduzimo-las abaixo, na expectativa de salvaguardar os interesses maiores da universidade:

a) Faz-se urgente a edição de Resolução específica sobre o Currículo Lattes, no sentido de orientar professores e chefias acadêmicas nos seguintes aspectos:

1. Responsabilidade individual do declarante, segundo o “Termo de Ade-

são e Compromisso do Sistema de Currículos da Plataforma Lattes”;

2. Normas básicas de inclusão e manutenção de informações na Plataforma Lattes, neste caso talvez em consórcio com o próprio CNPq, tomando a forma, por exemplo, de uma “cartilha”;

3. Disciplinar na universidade o depósito de versões atualizadas do CVLattes junto às secretarias acadêmicas, com documentação comprobatória;

4. Orientar todos os níveis hierárquicos, para quando houver denúncias ou suspeitas de irregularidades, que haja procedimento específico de instauração de sindicância, resguardada a incolumidade da instituição pela observância do necessário sigilo.

b) Estabelecer normativa específica sobre regras de registro de Pós-Doutorado realizado por nossos docentes em outras instituições, na esteira da Resolução 01/2005, da Presidência da CGPG, de 13/06/2005, que dispõe sobre regras para esse tipo de estágio quando realizado nesta universidade. Entendemos que alguns requisitos mínimos, capazes de distinguir o Pós-Doutorado da simples cooperação entre pares, incluem a permanência do pesquisador na instituição anfitriã e existência de plano de trabalho específico a ser desenvolvido.

c) Levar ao conhecimento da CGPG o problema do registro do número de orientandos por professor na Plataforma Lattes e adequação aos critérios da Capes, solicitando-lhe as medidas necessárias.

d) Nomear Comissão independente para assistir à questão do curso de Tecnologia e Mídias Digitais, com objetivos definidos, a fim de evitar maiores prejuízos ao curso e à universidade.

Onde mora a arbitrariedade? Quem pratica “farsa” (*PUCviva* 608) é quem distorce relatório formal, produzido sob regras pré-estabelecidas e assinado por professores responsáveis, membros de uma categoria que, na verdade, vem sofrendo há tempos as agruras de uma grave crise de representação.

*Comissão de Sindicância instaurada pelo Ato 33/2006*





Plenária do Encontro de 25/3 exibiu grande disposição das entidades, sindicatos e partidos

## MOBILIZAÇÃO

# Mais de 6 mil reunidos contra as reformas do governo Lula

Representantes de 626 sindicatos, associações e partidos de todo o Brasil lotaram o ginásio do Ibirapuera durante o primeiro *Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais* pretendidas pelo governo Lula, no final de março. Segundo a organização do evento, mais de seis mil passaram pela plenária do dia 25/3, para a aprovação do *Fórum Nacional de Mobilização* e do calendário de lutas unificado.

O encontro teve por objetivo impulsionar uma grande ofensiva contra as reformas da previdência, sindical, trabalhista e universitária, que ameaçam os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do último século, além de colocar o ensino superior em frangalhos.

O primeiro compromisso do calendário está marcado para 1.º/5, Dia do Trabalhador, com manifestações classistas por todo o país. Entre os dias 21 e 25/5 serão organizados protestos, paralisações, bloqueios de estradas e outras atividades para a atrair atenção da sociedade.

Também fazem parte deste calendário diversas reuniões organizadas pelas entidades, entre os meses de maio e junho, sobre a segunda reforma da previdência prestes a sair do forno. Para o segundo semestre, está programada uma grande mobilização em Brasília. Em setembro, durante a Semana da Pátria, deve haver um plebiscito sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce.

## Reforma Universitária

No dia 26/3, foi a vez das entidades estudantis se reunirem para organizar a luta contra a Reforma Universitária. A *Plenária Nacional Contra a Reforma Universitária e em Defesa da Educação Pública* contou com a participação de cerca de mil representantes de entidades estudantis de todo o país.

A plenária cuidou em aprofundar a discussão sobre a reestruturação da Educação proposta pelo governo. Também foi aprovado um calendário de lutas que prevê debates e manifestações nas universidades.

# Rola na rampa

## Ocupação na Unicamp termina com vitória

O movimento estudantil da Unicamp sai da ocupação de Reitoria com uma grande vitória na bagagem. Eles conseguiram que o reitor se posicione contra o decreto do governador José Serra, que ataca a universidade pública. Além disso, asseguraram melhora significativa das condições de moradia estudantil, com reforma de prédios condenados, construção de novas moradias e alojamento temporário dos estudantes que se encontram sem casa, além da destituição do reitor. O movimento também conseguiu que o Conselho Universitário reavalie a presença de representantes discentes em sua composição. O reitor garantiu que não haverá punição aos estudantes que ocuparam a Reitoria. Em nota pública, o movimento de ocupação declara que "na

Unicamp ainda há muitas questões pelas quais lutar: a construção do teatro-laboratório do IA (Instituto de Artes), a construção do prédio do IG (Instituto de Geociências), a contratação de 75 professores para o IFCH, o financiamento da extensão comunitária, eleição direta e paritária para reitor. Há também muito a avançar na luta por uma universidade pública e de qualidade. Essa luta se manifesta hoje na necessidade de barrarmos a Reforma Universitária e os decretos do governo Serra, que aprofundam o processo de sucateamento e privatização velada da universidade pública". Para tanto, o movimento convoca os estudantes de diversas universidades para a construção de uma greve em 17 de abril, em defesa da educação pública.

## 16.º Prêmio Aniela Ginsberg

Estão abertas as inscrições do 16.º Prêmio Aniela Ginsberg para pesquisa de iniciação científica na graduação em Psicologia da PUC-SP. As inscrições podem ser feitas entre os dias 2 e

16/4, na sede da Fundação (Rua Bartira, 471), das 14h às 18h. No ato da inscrição, deverá ser entregue um resumo do trabalho. Informações: 3673-3564.

## Coquetel encerra exposição sobre Haiti

O evento *Haitiando aqui* chega ao fim nesta segunda-feira, 9/4. O final será marcado por um coquetel com café haitiano, no saguão da Biblioteca Central, às 18h. O coquetel acontece em meio à exposição de diversos itens de artesanato em metal, pano, madeira e

palha, que serão vendidos junto com os quadros que compõem a mostra. O dinheiro será revertido para o projeto *Leite para o Haiti*, que visa comprar sete vacas para uma comunidade empobrecida. No Haiti, 80% da população não têm acesso ao leite.

## Abertura da Sipat de 2007

A Sipat-2007 (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), organizada pela Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da PUC-SP) terá o início de suas atividades mais cedo neste ano. Apesar do nome de "semana", a Sipat durará alguns meses. A abertura será realizada nesta quinta-feira, 12/4, às 15h, na sala P-65. A Cipa sorteará muitos brindes aos participantes das atividades dos eventos. Informações: [www.pucsp.com.br/cipa](http://www.pucsp.com.br/cipa).

## Revista Último Andar agora em versão eletrônica

A Revista *Último Andar - Cadernos de Estudos em Ciências da Religião* agora também pode ser encontrada na Internet. Elaborada pelo pós em Ciências da Religião, a publicação está aberta a contribuições, resenhas e artigos para publicação na próxima edição de número 15. Para acessar a revista, entre no site [www.pucsp.br/pos/cre](http://www.pucsp.br/pos/cre).

## Correção

O PUCviva recebeu uma solicitação da Assessoria de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB-SP, para que a qualificação do professor Marco Antonio Marques da Silva fosse esclarecida, uma vez que, em matéria publicada na seção *Rola na Rampa* na semana passada, o mesmo era citado como ad-

vogado, e a entidade afirma que o professor não pertencia ao seu quadro associativo. Consultado por nossa redação, o professor informou que é Juiz de Direito em 2.º grau, atuando há cinco anos como Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, não sendo, porém filiado à OAB-SP.